



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº352/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11479/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Polícia Militar do Estado do Amazonas – PM/AM.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Augusto Sergio Farias Pereira (Gestor), David de Souza Brandão (Gestor), Julio Sergio Costa do Nascimento (Ordenador de Despesa), Domingos Sávio de Souza (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 900/2020-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Determinação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da Polícia Militar do Estado do Amazonas – PM/AM, relativa ao exercício de 2017, de responsabilidade dos Srs. Cel. QOPM **Augusto Sergio Farias Pereira**, ex-Gestor e ex-Comandante Geral, referente ao período de 01/01 a 15/01/2017, Cel. QOPM **Domingos Sávio de Souza**, ex-ordenador das despesas no período de 24/01 a 03/10/2017, Cel. QOPM **David de Souza Brandão**, ex-Gestor e ex-Comandante Geral, referente ao período de 16/01 a 31/12/2017, e Cel. QOPM **Júlio Sergio Costa do Nascimento**, ex-ordenador, referente ao período de 04/10/2017 a 31/12/2017, nos termos do art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/1996, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.2. Recomendar à Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM que:

10.2.1. Oficie a SEFAZ, para que atualize as consignações pendentes desse e dos demais exercício financeiros, evitando assim, um desequilíbrio na contabilidade da Unidade Gestora ora



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº352/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

analisada, culminando na inobservância do Princípio Fundamental da Contabilidade denominado Oportunidade, constante do art 6º da Resolução CFC nº 750/93,

10.2.2. E solicite, ainda, a SEFAZ maior agilidade nos pagamentos pendentes de Restos a Pagar, se houver;

10.3. Determinar que seja dada quitação aos responsáveis, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/1996, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;

10.4. Arquivar o processo, após cumpridas as providências supracitadas.

11- Ata: 8ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 15 de Abril de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral